

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2134/XIII/4ª

CRIAÇÃO DA REDE NACIONAL DOS MUSEUS DA RESISTÊNCIA E INSTALAÇÃO DO MUSEU DA RESISTÊNCIA E LIBERDADE NO PORTO

Ainda em 2008, a Assembleia da República aprova a Resolução 24/2008 – “Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia”, onde se defende a criação de espaços musealizados em várias zonas do país no sentido de preservar a memória da luta contra o fascismo e ainda a promoção de eventos como roteiros nacionais e atividades educativas relacionadas com o tema. Esta Resolução da Assembleia da República foi aprovada por unanimidade.

Passados mais de 10 anos da aprovação da Resolução 24/2008, demos passos concretos para a materializar. O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade é hoje uma realidade, um museu municipal dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia. A abertura do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, será outro passo importantíssimo para manter viva a memória desses anos e valorizar a vitória sobre a repressão da ditadura. Estamos hoje mais perto de poder ligar a ação destes espaços museológicos para uma articulação em rede que garanta a divulgação da memória histórica, bem como abrir espaço para mais investigação sobre este período.

Contudo, há uma ausência que deve ser colmatada. A memória das lutas no norte do país não tem ainda um espaço museológico adequado, algo que pode ser colmatado com a utilização das instalações da antiga delegação da PIDE/DGS do Porto para receberem um novo museu dedicado à resistência antifascista no Porto, o Museu da Resistência e Liberdade.

Esse novo Museu deve ser criado no edifício da antiga PIDE/DGS no Porto, honrando a memória e a luta dos mais de 7.000 resistentes à ditadura que ali foram presos e torturado pela polícia política do Estado Novo.

O edifício alberga hoje o Museu Militar do Porto, uma situação que não encontra sustentação histórica e que tem vindo a impedir desenvolvimento de projetos museológicos tanto sobre a história da resistência antifascista no Porto, como da própria história militar.

A zona onde se encontra instalado o edifício do que é hoje o Museu Militar do Porto fazia parte de uma vasta propriedade denominada Quinta do Bispo, que englobava os espaços do atual Cemitério do Prado do Repouso até às margens do Douro e ao Largo de Soares dos Reis, constituída no século XVI. Já, em 1582, a zona era utilizada como espaço de “recreio e lazer”.

Em 1838, devido a divergências entre a Igreja e a Câmara Municipal, os terrenos da quinta foram alienados pelo Estado e passaram para a posse da autarquia que aí construiu um cemitério público, no local denominado Prado do Bispo – o Cemitério do Prado do Repouso. Em finais do século XIX, há referências a uma casa, encostada aos muros do cemitério, propriedade de D. Maria Coimbra. Mais tarde, a sua herdeira – Isménia Coimbra, arrenda o imóvel a uma irmandade de freiras aquando da guerra civil espanhola. Em 1948, o Estado acabou por adquirir o edifício a D. Ismênia Aurora Pinto Coimbra, por 450 contos. Nesse imóvel, sito à rua do Heroísmo nº 329/345, o Estado instalou a delegação do Porto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE/DGS).

Hoje, o antigo edifício da PIDE/DGS serve de instalações para o Museu Militar do Porto. Porém, o projeto inicial para este equipamento não estava pensado para ali. A vontade de criar um Museu Militar partiu do meio civil, liderado pela Câmara Municipal do Porto e à volta da coleção do pintor portuense Joaquim Vitorino Ribeiro, corria o ano de 1920, quando o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, inaugurou uma exposição sobre a Revolução Portuguesa de 1820, nesta cidade. Só em 1970, surgiu um renovado interesse, promovido pela Associação Cultural dos Amigos do Porto e outras entidades civis e militares, mantendo-se a ideia de montar um museu no Castelo de S. João da Foz.

Com o 25 de abril, e após o Exército ter tomado conta do edifício no próprio dia da Revolução, o Conselho da Revolução, pelos decretos-lei 947/76 de 31 de dezembro e 242/77 de 8 de junho, define os objetivos e cria o Museu Militar do Porto nessas instalações. Essa decisão, após o 25 de abril, acabando por se escolher o antigo edifício da PIDE, esteve relacionada, essencialmente, por razões de natureza financeira. Os custos da obra para transformar o Castelo de S. João da Foz eram demasiado elevados.

Prevista a sua localização, em momento anterior, no Forte de S. João da Foz, o Museu Militar do Porto acabou por ser inaugurado em 21 de março de 1980, na presença do Presidente da República, o General Ramalho Eanes. Apesar do empenhamento dos militares envolvidos no funcionamento do que foi definido como “museu militar afeto ao Exército”, as características morfológicas do edifício e a exiguidade dos espaços disponíveis não têm permitido a concretização, sequer aproximada, das missões atribuídas no diploma que o criou, em particular o nº 1 do seu artigo 3º que previa: “Recolher, inventariar, classificar e conservar objetos que, pela sua antiguidade, raridade ou valor, convenha preservar como testemunhos da história militar do País na parte que respeita às instituições e forças militares terrestres e, em particular, ao Exército”.

No entanto, a memória daquele edifício é outra pelo que antifascistas, democratas e associações como a “URAP” e o movimento cívico “Não Apaguem a Memória” vêm pugnando, desde há vários anos, pela instalação naquele imóvel de um “memorial da resistência ao fascismo”.

Pela URAP, foi até firmado um protocolo com o Ministério da Defesa para um projeto que está em marcha “Do heroísmo à firmeza – percurso na memória da casa da Pide no Porto (1934-1974)”:

“Documento “Do Heroísmo à Firmeza: Percurso na Memória da Casa da
PIDE no Porto (1934-1974)

Esperamos que no ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril e tristemente se cumprem 80 anos da Casa da PIDE no Porto os representantes do Estado, com poder representativo, legislativo, consultivo e decisório, não continuem a adiar a perpetuação de um registo que ninguém de reta consciência poderá apagar. Factos são factos. Todas as nações civilizadas conservam as suas

matrizes e cicatrizes, honrando os exemplos de patriotismo e humanismo esconjurando as tentações de regresso à efeméride sem inscrever este padrão no mapa do Porto.

Porto, 16 de junho, 2014”

Da parte do Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória”, é clara a sua reivindicação no que toca à criação de um Museu da Resistência e Liberdade nas antigas instalações da PIDE/DGS. No seu documento estratégico “Objetivos do Núcleo do Porto do movimento “Não Apaguem a Memória”, conta, logo na primeira alínea:

“a) Desenvolver ações visando a criação de um Museu da Resistência ao Fascismo a ser instalado na antiga sede da Delegação do Porto da PVDE/PIDE/DGS”

Também no sentido de salvaguardar o edifício e reforçar a classificação como “imóvel de interesse patrimonial “ – atendendo ao seu valor arquitetónico, artístico e histórico - conforme consta no Anexo I do PDM do Porto sob a referência B14, a Assembleia Municipal do Porto aprovou em 24 de setembro de 2007 uma Recomendação ao Executivo municipal, apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda, para a “abertura do procedimento de classificação de interesse público do imóvel da rua do Heroísmo nº 345 onde está instalado o Museu Militar do Porto e onde funcionou a delegação do Porto da PIDE/DGS”.

Ao fim de 39 anos de utilização do imóvel da rua do Heroísmo, 329/345 como Museu Militar do Porto, é tempo de restituir a totalidade do edifício à finalidade sempre desejada pelos ex-presos políticos, pelos resistentes e associações ou movimentos – um espaço de memória da resistência ao fascismo - e de atribuir ao Exército um outro espaço mais amplo e mais adequado à realização das missões fundamentais do Museu Militar do Porto consignadas no diploma seu fundador.

Apesar do edifício onde funcionou a ex-PIDE/DGS ter tido alterações nas salas de escuta e gravação, nas celas subterrâneas e na ala das prisões privativas, há ainda condições para que aquele imóvel seja um espaço de memória da resistência ao fascismo.

Na comemoração dos 45 anos da Revolução do 25 de abril, e no mesmo momento em que se comemora a inauguração do Museu da Resistência e Liberdade no Forte de

Peniche e que já existe o Museu instalado nas antigas instalações do Aljube, em Lisboa, é um imperativo preservar a memória coletiva da luta contra o fascismo na cidade do Porto e em todo o norte do país, garantindo que as instalações da antiga delegação da PIDE/DGS do Porto recebem um novo Museu, o da Resistência e Liberdade.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Crie a Rede Nacional de Museus da Resistência, permitindo a articulação entre o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, de Lisboa, o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, de Peniche, e o futuro Museu da Resistência e Liberdade, do Porto.
2. Seja integralmente disponibilizado pelo Ministério da Defesa Nacional o prédio da rua do Heroísmo n° 329/345 (PM 049/Porto) onde funcionou durante 36 anos a delegação do Porto da ex-PIDE/DGS.
3. Seja encontrado um novo local para a instalação do Museu Militar do Porto em melhores condições de realização das finalidades previstas no diploma seu fundador, o Decreto-Lei n° 242/77 de 1 de abril;
4. Seja criado um novo espaço museológico no Porto, de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação do Porto da ex-PIDE/DGS;
5. Sejam envolvidas, neste processo, organizações representativas da resistência ao fascismo, como a “União de Resistentes Antifascistas Portugueses” e o “Não Apaguem a Memória”.

Assembleia da República, 24 de abril de 2019.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,